

*Unofficial English translation begins on page 4.*



PARLAMENTO  
NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste

Secretariado-Geral

Direção de Comunicação

Divisão de Relações Públicas, Comunicação e Educação Cívica

---

## **Parlamento Nacional aprova pedido de Estado de Emergência**



O Plenário do Parlamento Nacional debateu, no dia 26 de março de 2020, em reunião plenária extraordinária, o pedido de declaração de Estado de Emergência submetido pelo Presidente da República.

O pedido de declaração de Estado de Emergência em Timor-Leste prendeu-se com o facto de o novo vírus corona, Covid-19, já ser considerado pandemia mundial e ser altamente contagioso, pelo que todas as medidas de prevenção e não disseminação devem ser tomadas para não aumentar o perigo de saúde pública. Para além disso, e uma vez que o país já tem um caso confirmado, a declaração do Estado de Emergência, durante 30 dias, pretende controlar o número de infetados, para que não se assemelhe a outros países. Concretamente, o Estado de Emergência implica a adoção de medidas mais rigorosas e que podem implicar a limitação ou mesmo suspensão do exercício de alguns direitos, liberdades e garantias fundamentais.

No seu discurso de abertura, o Primeiro-Ministro, Taur Matan Ruak, referiu que é necessário um esforço nacional para a concentração de todos os recursos possíveis para prevenir a propagação do vírus no país. Disse, também, que o país tem de agir já para não ter mais casos, uma vez que o sistema de saúde nacional tem dificuldades e limitações e, como tal, não tem capacidade suficiente para tratar muitos pacientes. O Primeiro-Ministro lembrou ainda que já estão a ser tomadas várias medidas, como campanhas de higiene em todos os lugares públicos, o impedimento de entrada de cidadãos infetados e a triagem em todas as fronteiras e o distanciamento social; porém, alertou que são necessárias mais formas de prevenção, nomeadamente a restrição de algumas liberdades e direitos. Por fim, apelou a todos os membros presentes que apoiassem o combate a esta pandemia mundial e, para tal, que esquecessem, por agora, o impasse político e se mantivessem todos unidos.

Nas suas intervenções, os Deputados de todas as bancadas parlamentares concordaram que se trata de um momento de calamidade pública e que, por isso, o Estado de Emergência é uma boa solução. Declararam que deve haver quarentena, em casa, e formas de garantir que as pessoas a cumprem; defenderam a paragem de todas as atividades do Estado, antes que seja tarde demais; aludiram ao facto de todos terem de ser responsáveis e de respeitar as medidas que vão ser tomadas; reafirmaram que tem de haver unidade nacional em todas as partes, incluindo nos partidos políticos, que agora têm de se unir pelo povo timorense. Por outro lado, houve também a apresentação de algumas preocupações sobre os detalhes do Estado de Emergência, como a especificação dos comportamentos a serem adotados pelos estabelecimentos de venda de bens alimentares, a circulação de pessoas na rua, as transações e levantamentos bancários, a mobilização de pessoal de saúde e de forças de segurança, a confirmação do funcionamento de serviços mínimos.

Em resposta às preocupações dos Deputados, o Primeiro-Ministro disse que, em relação à logística dos bens alimentares, o Governo tem de se organizar. Afirmou ainda que o Estado tem dinheiro suficiente para ajudar a população e as empresas monetariamente e que os bancos poderão descer as taxas de juro. O Primeiro-Ministro explicou, também, que o Governo vai responder a esta situação da melhor forma e que as forças policiais vão ajudar no controlo.

A Ministra interina da Saúde, Élia Antónia de Araújo dos Reis Amaral, aproveitou para agradecer toda a ajuda nacional e internacional, nomeadamente da Organização Nacional de Saúde (OMS), bem como o trabalho interministerial que tem estado a ser desenvolvido. Continuou o seu discurso esclarecendo que o país precisa mesmo de começar a prevenir agora, porque os suspeitos podem aumentar. Informou que não serão dados detalhes sobre os doentes e os suspeitos, por causa do respeito pela integridade pessoal de cada um, e que o Ministério conta com o apoio máximo da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Cruz Vermelha para adotar as suas medidas de prevenção. Neste sentido, está a ser adquirido equipamento de proteção para o pessoal de saúde.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Dionísio Babo, intervindo igualmente em resposta às preocupações dos Deputados, assegurou que Timor-Leste está em contacto com outros países para ser apoiado na aquisição de equipamentos, medicamentos e na criação de um

laboratório para se fazerem os testes ao vírus em território nacional. Terminou a sua intervenção encorajando os cidadãos timorenses que se encontram fora do país a permanecerem onde estão e para contactarem as devidas embaixadas em caso de dúvida ou necessidade.

O Ministro da Reforma Legislativa e Assuntos Parlamentares, Fidélis Leite Magalhães, informou o Plenário de que já existe um plano económico para prevenir o vírus e que ainda esta semana foi aprovada uma resolução sobre variadas providências a serem tomadas em tempo útil, entre as quais a continuidade de transporte aéreo, marítimo e terrestre para assegurar equipamentos, alimentos e para ser usado em caso de emergência; o estabelecimento de uma comunicação eletrónica com o funcionamento permanente de canais de informação; a dispensa temporária de tarifas de água e eletricidade; o pagamento de salários e subvenções de forma antecipada, entre outras. Relativamente às regras dos estabelecimentos de venda de bens necessários, cada um terá de obedecer a determinadas normas para proteção dos cidadãos.

O Ministro da Defesa, Filomeno da Paixão de Jesus, garantiu que já estão criadas equipas policiais de apoio para proteger as fronteiras e para garantir a segurança em todos os lugares do país. Mencionou, ainda, o reforço da polícia nas fronteiras para eventuais entradas e saídas ilegais e a disponibilidade total da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) e das Forças Armadas 24 horas durante este período.

O Ministro da Justiça, Manuel Cárceres da Costa, em resposta a uma questão relativa à situação dos prisioneiros, confirmou que os 823 reclusos que o país tem, divididos pelas três prisões existentes, condenados e em prisão preventiva, terão restrição de visitas por parte das suas famílias, por questões de saúde e de possibilidade de transmissão do vírus. Alertou também que o Ministério da Justiça suspenderá o seu atendimento na emissão de documentos aos cidadãos (passaportes, bilhetes de identidade, por exemplo), mas continuará a prever serviços ao público com número reduzido de pessoal.

No fim da longa discussão, foi apresentado um documento com algumas das medidas a serem consideradas no decreto do Governo.

De seguida procedeu-se à votação nominal, cujo resultado foi unânime: 64 votos a favor. Desta forma, Timor-Leste iniciará o seu Estado de Emergência às 00:00 do dia 28 de março e pelo período de 30 dias.

Esta sessão Plenária foi presidida pelo Presidente do Parlamento Nacional, Arão Noé de Jesus da Costa Amaral, acompanhado pelos membros da Mesa, e contou com a presença do Primeiro-Ministro e alguns membros do Governo.

Parlamento Nacional

Chefe da Divisão de Relações Públicas, Comunicação e Educação Cívica

Dionísio de Jesus Lopes

Email: [Dionisio.lopes@parlamento.tl](mailto:Dionisio.lopes@parlamento.tl)

[Relacoespublicas.dirpec@gmail.com](mailto:Relacoespublicas.dirpec@gmail.com)

# National Parliament Approves State of Emergency

*[Unofficial translation of Parliamentary press release by La'o Hamutuk.]*

The Plenary of the National Parliament discussed, on March 26, 2020, in an extraordinary plenary meeting, the request for a declaration of State of Emergency submitted by the President of the Republic.

The request for a declaration of a State of Emergency in Timor-Leste was linked to the fact that the new corona virus, Covid-19, is already considered a worldwide pandemic and is highly contagious, therefore, all preventive and non-dissemination measures must be taken in order not to increase the danger to public health. In addition, and since the country already has a confirmed case, the declaration of the State of Emergency, for 30 days, intends to control the number of infected people, so that it does not resemble other countries. In particular, the State of Emergency implies the adoption of more stringent measures that may imply the limitation or even suspension of the exercise of some fundamental rights, freedoms and guarantees.

In his opening speech, the Prime Minister, Taur Matan Ruak, said that a national effort is needed to concentrate all possible resources to prevent the spread of the virus in the country. He also said that the country must act now to avoid having more cases, since the national health system has difficulties and limitations and, as such, does not have sufficient capacity to treat many patients. The Prime Minister also recalled that several measures are already being taken, such as hygiene campaigns in all public places, preventing the entry of infected citizens and screening at all borders and social distance; however, he warned that more forms of prevention are needed, namely the restriction of some freedoms and rights. Finally, he called on all members present to support the fight against this global pandemic and, to that end, to now, the political stalemate and if they all kept together.

In their speeches, MPs from all parliamentary benches agreed that this is a time of public calamity and that, therefore, the State of Emergency is a good solution. They stated that there should be quarantine, at home, and ways to ensure that people comply with it; defended the cessation of all State activities, before it is too late; they alluded to the fact that everyone must be responsible and respect the measures that will be taken; they reaffirmed that there must be national unity everywhere, including in political parties, which now have to come together for the Timorese people. On the other hand, there were also some concerns about the details of the State of Emergency, such as the specification of behaviors to be adopted by establishments selling food, the circulation of people on the street, bank transactions and withdrawals, mobilization health personnel and security forces, confirmation of the functioning of minimal services.

In response to MPs' concerns, the Prime Minister said that, in relation to food logistics, the Government has to organize itself. He also said that the state has enough money to help the population and companies monetarily and that banks could lower interest rates. The Prime Minister also explained that the Government will respond to this situation in the best way and that the police forces will assist in the control.

The interim Minister of Health, Élia Antónia de Araújo dos Reis Amaral, took the opportunity to thank all the national and international assistance, namely from the National Health Organization (WHO), as well as the interministerial work that has been being developed.

She continued her speech, clarifying that the country really needs to start preventing now, because the suspects may increase. She informed that details about the patients and the suspects, because of the respect for the personal integrity of each one, and that the Ministry has the maximum support of the United Nations (UN) and the Red Cross to adopt its preventive measures. In this sense, protective equipment is being purchased for health personnel.

The Minister of Foreign Affairs and Cooperation, Dionísio Babo, also speaking in response to MPs' concerns, assured that Timor-Leste is in contact with other countries to be supported in the acquisition of equipment, medicines and in the creation of a laboratory to make the tests for the virus in national territory. He ended his intervention by encouraging Timorese citizens who are outside the country to stay where they are and to contact the appropriate embassies in case of doubt or need.

The Minister of Legislative Reform and Parliamentary Affairs, Fidélis Leite Magalhães, informed the Plenary that there is already an economic plan to prevent the virus and that this week a resolution was approved on various measures to be taken in due time, including the continuity of air, sea and land to ensure equipment, food and to be used in case of emergency; the establishment of electronic communication with the permanent functioning of information channels; the temporary waiver of water and electricity tariffs; the payment of salaries and subsidies in advance, among others. Regarding the rules of the establishments selling necessary goods, each one will have to obey certain rules for the protection of citizens.

The Minister of Defense, Filomeno da Paixão de Jesus, guaranteed that police support teams are already created to protect borders and to guarantee security in all parts of the country. He also mentioned the reinforcement of the police at the borders for possible illegal entry and exit and the total availability of the National Police of Timor-Leste (PNTL) and the Armed Forces 24 hours during this period.

The Minister of Justice, Manuel Caceres da Costa, in response to a question on the situation of prisoners, confirmed that the 823 prisoners that the country is divided into the three existing prisons, convicted and in custody, will have visits restriction by the their families, for health reasons and the possibility of transmitting the virus. He warned also that the Ministry of Justice will suspend its service in issuing documents to citizens (passports, identity cards, for example), but will continue to provide services to the public with a reduced number of staff.

At the end of the long discussion, a document was presented with some of the measures to be considered in the Government decree.

Then there was a roll-call vote, the result of which was unanimous: 64 votes in favor. Thus, Timor-Leste will start its State of Emergency at 00:00 on 28 March and for a period of 30 days.

This Plenary session was chaired by the President of the National Parliament, Arão Noé de Jesus da Costa Amaral, accompanied by members of the Bureau, and was attended by the Prime Minister and some members of the Government.